

BCP S.A.

CNPJ/MF nº 40.432.544/0001-47

NIRE nº 35.300.145.801

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 1º DE DEZEMBRO DE 1999

LOCAL E HORA: Sede da Sociedade, na Rua Flórida, 1970, na cidade de São Paulo, Estado de SP, às 10:30 horas.

PRESENÇA: Acionistas representando a totalidade do capital social.

MESA: Presidente – João Inácio Puga; Secretário – Arnaldo Figueiredo Tibyriçá.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO: Observado o disposto no artigo 124, § 4º, da Lei 6.404/76.

QUORUM DAS DELIBERAÇÕES: Após discutirem as matérias da ordem do dia, os acionistas deliberaram, por unanimidade de votos, o abaixo indicado:

1ª Deliberação: Aprovar a abertura do capital da BCP S.A. (a "Sociedade"). Conseqüentemente, após o deferimento, pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, do pedido de registro da Sociedade como companhia aberta, o artigo 1º do Estatuto Social passará a vigor com a seguinte redação: "A Sociedade, organizada sob a forma de sociedade anônima de capital aberto, tem a denominação de BCP S.A., e será regida pela legislação aplicável e pelo presente Estatuto, no qual será designada simplesmente Sociedade."

2ª Deliberação: Aprovar a criação do novo cargo "Diretor de Relações com os Investidores", que será cumulado com o cargo de Diretor Financeiro, o qual terá por atribuição a função de prestar informações ao público investidor, à CVM e à bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, conforme o caso, bem como manter atualizado o registro da Sociedade perante a CVM. O Conselho de Administração, em reunião própria, elegerá o Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores. Conseqüentemente, será alterada a redação dos artigos 11 e 14 do Estatuto Social.

3ª Deliberação: Ampliar a competência do Conselho de Administração atribuindo a este poderes para, desde que previamente delegado pela Assembléia Geral, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, deliberar sobre a oportunidade e as condições de emissão de debêntures de que tratam os incisos VI a VIII do mesmo artigo 59, sendo conseqüentemente inserido novo inciso, de número XXV, ao Artigo 10 do Estatuto Social.

4ª Deliberação: Autorizar a emissão e distribuição pública de 10.000 (dez mil) debêntures simples, em série única, do tipo escritural, da espécie quirografária, sob a forma nominativa, não conversíveis em ações, do valor nominal unitário de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) que perfazem o valor agregado de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais). Delegar ainda, ao Conselho de Administração, nos termos do parágrafo 1º do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, relativamente à emissão das debêntures, a competência para deliberar sobre: (i) a época e as condições de vencimento, amortização ou resgate; (ii) a época e as condições do pagamento da taxa de remuneração e do prêmio de reembolso, se houver; e (iii) o modo de subscrição ou colocação.

5ª Deliberação: Fica ratificada a indicação do jornal "O Estado de S. Paulo" e o "Diário Oficial do Estado de São Paulo", para realização das publicações ordenadas pela Lei nº 6.404/76, conforme deliberada nas Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas em 31 de maio de 1996.

6ª Deliberação: Aditar a redação do Artigo 21 do Estatuto Social, para complementar a determinação de pagamento de dividendos à subordinação das regras do Artigo 5º do Estatuto Social.

7ª Deliberação: Fica aprovada a consolidação do Estatuto Social da Sociedade, como a seguir: **"ESTATUTO SOCIAL.**

CAPÍTULO I - Da Denominação, Sede, Objeto e Duração. Art. 1º - A Sociedade, organizada sob a forma de sociedade anônima de capital aberto, tem a denominação de BCP S.A., e será regida pela legislação aplicável e pelo presente Estatuto, no qual será designada simplesmente Sociedade. **Art. 2º** - A Sociedade tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Flórida, 1970, podendo ter filiais, escritórios, agências e representações, observadas as exigências legais e estatutárias pertinentes à matéria. **Art. 3º** - A Sociedade tem por objeto social a implantação, operação e prestação de serviços de telecomunicações, compreendendo a compra, a venda, a locação, a cessão de uso de meios e equipamentos a qualquer título, a importação e a exportação de equipamentos e a prestação de serviços a usuários de seus serviços. **Parágrafo único** - A Sociedade poderá participar de outras sociedades, civis ou comerciais, como sócia ou acionista e ainda em consórcios, para o fim de desenvolver os propósitos acima descritos. **Art. 4º** - A Sociedade durará até dois anos após a extinção da concessão, inclusive eventuais prorrogações. **CAPÍTULO II - Do Capital Social e das Ações. Art. 5º** - O capital social é de R\$ 812.296.414,77 (oitocentos e doze milhões, duzentos e noventa e seis mil, quatrocentos e quatorze reais e setenta e sete centavos), representado por 1.404.261.479 (um bilhão, quatrocentos e quatro milhões, duzentas e sessenta e uma mil, quatrocentas e setenta e nove) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 468.087.162 (quatrocentas e sessenta e oito milhões, oitenta e sete mil, cento e sessenta e duas) ações ordinárias e 936.174.317 (novecentos e trinta e seis milhões, cento e setenta e quatro mil, trezentas e dezessete) ações preferenciais. **§ 1º** - Às ações preferenciais não é conferido direito a voto. A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembléia Geral. **§ 2º** - Até o exercício social do ano de 1999, inclusive, às ações preferenciais será assegurada, em caso de liquidação da Sociedade, prioridade no reembolso do capital, sem prêmio; a partir do exercício social do ano 2000, as ações preferenciais deixarão de gozar desse direito e passarão a fazer jus à percepção de um dividendo prioritário mínimo cumulativo de cinco por cento ao ano sobre a parcela do capital social por elas representada, rateado em partes iguais entre as mesmas. **§ 3º** - O dividendo prioritário mínimo de que trata o § 2º será pago, no exercício em que o lucro for insuficiente, à conta de reservas de capital constituídas na forma do § 1º do art. 182 da Lei 6.404/76. **§ 4º** - No caso de serem os lucros e as reservas de capital insuficientes e portanto deixar a Sociedade de pagar o dividendo prioritário mínimo cumulativo de que trata o § 2º por três exercícios sociais consecutivos, as ações preferenciais adquirirão o exercício do direito de voto e conservá-lo-ão até o pagamento dos dividendos prioritários mínimos cumulativos em atraso. **§ 5º** - Até os dividendos relativos ao lucro do exercício social do ano de 1999, inclusive, as ações preferenciais farão jus a um dividendo dez por cento maior do que o atribuído às ações ordinárias; a partir dos dividendos relativos ao lucro do exercício social do ano 2000, as ações preferenciais farão jus ao dividendo prioritário mínimo cumulativo estipulado no § 2º e participarão dos lucros distribuídos em igualdade de condições com as ordinárias, depois de a estas assegurado dividendo igual ao mínimo, e não mais. **§ 6º** - As ações do capital social são inconversíveis de uma espécie em outra. **§ 7º** - O capital social poderá ser aumentado com emissão de ações ordinárias ou preferenciais, estas últimas sem direito de voto e até o limite legal. As ações preferenciais poderão ser de uma ou mais classes, sendo livre a variação nas respectivas proporções, seja entre ações preferenciais de distintas classes, seja entre ações preferenciais e ordinárias. **§ 8º** - Nenhuma transferência de ações terá validade ou eficácia perante a Sociedade ou quaisquer terceiros, nem será reconhecida nos livros de registro e de transferência de ações se levada a efeito em violação a acordo de acionistas arquivado na Sociedade. A Diretoria da Sociedade negará inserção, averbação e registro nos livros societários a ato praticado em violação a tais acordos. **CAPÍTULO III - Da Assembléia Geral. Art. 6º** - A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente, a cada ano, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, quando os interesses sociais exigirem, mediante convocação na forma a seguir prevista, observados, em qualquer caso, os procedimentos de lei. A Assembléia Geral será instalada e presidida por qualquer dos acionistas ou representantes de acionistas, escolhido pelos presentes, cabendo ao Presidente da Assembléia escolher o Secretário da Mesa. **§ 1º** - A Assembléia Geral será convocada pelo Conselho de Administração, com antecedência de pelo menos dez dias. **§ 2º** - Compete ao Presidente e ao Secretário da Assembléia Geral zelar pelo cumprimento de acordos de acionistas arquivados na Sociedade, negando cômputo a voto proferido com violação a tais acordos. **§ 3º** - Além das matérias a ela atribuídas em lei, competirá à Assembléia Geral deliberar quanto a remuneração global dos membros do Conselho Consultivo. **CAPÍTULO IV - SEÇÃO I - Da Administração. Art. 7º** - A Sociedade será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria, assistidos por um Conselho Consultivo. **SEÇÃO II - Do Conselho de Administração. Art. 8º** - O Conselho de Administração será composto de cinco a oito membros, e igual número de suplentes, eleitos pela Assembléia Geral. **§ 1º** - Os conselheiros, e seus suplentes, serão eleitos para mandato de três anos, podendo ser reeleitos, e tomarão posse como conselheiro ou suplente, conforme o caso, na Assembléia que os eleger. **§ 2º** - Os conselheiros não reeleitos permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura de seus substitutos. **§ 3º** - Em suas ausências e impedimentos temporários, o conselheiro será substituído pelo respectivo suplente. **§ 4º** - Em caso de vacância ou impedimento permanente, o conselheiro será substituído pelo respectivo suplente até a primeira Assembléia Geral, que procederá à eleição do substituto, que completará o mandato do conselheiro substituído. **Art. 9º** - O Presidente do Conselho de Administração será eleito

anualmente pelos integrantes do colegiado, não terá voto de qualidade, e indicará dentre seus pares aquele que o substituirá em caso de ausência ou impedimento temporário. **Art. 10.** As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo Presidente ou por dois quaisquer dos membros do colegiado, mediante aviso por escrito aos outros, contra protocolo, com antecedência de dez dias ao menos, indicando a pauta e o horário em que a reunião se realizará, na sede da Sociedade. **§ 1º** - O quorum de instalação de reunião do Conselho de Administração requer a presença de no mínimo dois terços dos membros integrantes do colegiado, efetivos e suplentes em exercício. **§ 2º** - A reunião do Conselho de Administração será presidida por seu Presidente em exercício, que designará um dos membros para secretariar os trabalhos. **§ 3º** - As deliberações do Conselho de Administração exigirão, para serem aprovadas, o voto favorável de pelo menos a maioria dos membros integrantes do colegiado, efetivos e suplentes em exercício. **§ 4º** - Não sendo alcançado, após duas convocações sucessivas, o quorum de instalação, ou ocorrendo empate na deliberação, a matéria será deferida à decisão da Assembléia Geral, para tanto imediatamente convocada por dois quaisquer dos membros do Conselho de Administração. **§ 5º** - As deliberações do Conselho de Administração serão registradas em ata, em livro próprio, pelo secretário da reunião. **§ 6º** - Além de outras matérias a ele atribuídas por lei, competirá ao Conselho de Administração decidir sobre: I – eleição e destituição dos membros da Diretoria e fixação de sua remuneração individual, observado o limite global fixado pela Assembléia Geral; II – detalhamento das funções, atribuições e limites de alçada dos membros da Diretoria, não especificados neste Estatuto; III – determinação da política geral de salários e demais políticas gerais de pessoal; IV – decisões, obedecidas as prescrições legais, sobre (a) rejeição ou renúncia de qualquer concessão, permissão ou autorização para exploração de serviços de telecomunicações; (b) participação em licitações ou outros procedimentos para a obtenção de concessão, permissão ou autorização; (c) quaisquer alterações ou modificações nos termos de concessões, permissões ou autorizações outorgadas; e (d) eventual transferência de concessão, permissão ou autorização outorgada, se admitida; V – designação de diretor ou de procurador para, isoladamente, representar a Sociedade no caso do art. 15, III; VI – detalhamento da abrangência dos negócios, da linha de produtos e de serviços da Sociedade, e alterações aos mesmos; VII – estabelecimento das políticas da Sociedade referentes aos objetivos comerciais e controles financeiros; VIII – instalação e extinção de filiais, escritórios, agências e representações no País e no exterior; IX – aprovação de planos de negócios, planos quinquenais estratégicos, orçamentos, inclusive de capital, e inclusive o plano de negócios inicial da Sociedade, e suas alterações; X – decisão quanto à elaboração das demonstrações financeiras e a distribuição de dividendos relativos a períodos menores que o anual, observadas as disposições legais; XI – definição da percentagem máxima de capital não próprio a ser observada na estrutura de capitalização da Sociedade; XII – realização de investimentos e despesas de capital, ressalvados os já aprovados no orçamento inicial, ou anual; XIII – decisão de se pagar ou creditar aos acionistas, e deduzir para fins fiscais, remuneração sobre capital próprio da Sociedade; XIV – participação de sociedades nas quais a Sociedade detenha, direta ou indiretamente, participação de caráter permanente, em operações de incorporação, fusão, ou cisão; liquidação ou dissolução de qualquer das pessoas jurídicas em que detenha, direta ou indiretamente, participação de caráter permanente; transformação de sociedade de que participe direta ou indiretamente, em caráter permanente, em outro tipo societário; constituição de sociedades ou aquisição, direta ou indireta, de participações societárias; alteração nos contratos sociais e estatutos de sociedades nas quais a Sociedade detenha, direta ou indiretamente, participação de caráter permanente; associação, consórcio ou relacionamento similar, da Sociedade, ou de sociedade de que participe, direta ou indiretamente, em caráter permanente, com outras pessoas jurídicas, ou alterações aos mesmos; XV – estabelecimento e alterações da estrutura organizacional e gerencial das sociedades de que participe direta ou indiretamente em caráter permanente; XVI – assinatura, alteração, término ou cessão de contratos ou acordos de tecnologia ou assistência técnica ou para uso e exploração de marcas, patentes, ou direitos autorais, bem como aqueles para uso ou exploração do nome comercial da Sociedade ou de que ela seja titular ou detentora; XVII – operações de crédito, empréstimo ou financiamento em valor igual ou superior a dez milhões de reais por operação; XVIII – aquisição, alienação, disposição ou oneração, a qualquer título, cessão, arrendamento, transferência ou constituição de qualquer ônus real, gravame ou preferência, tendo por objeto bens do ativo permanente, créditos, ou intangíveis da Sociedade em valor igual ou superior a dez milhões de reais por operação; XIX – a assinatura de qualquer contrato, ou instrumento de assunção de obrigação, ou renúncia a direitos, ou transação, ou autorização para iniciar litígio, que envolva valor igual ou superior a dez milhões de reais por operação; XX – a celebração de qualquer contrato, dentro ou fora do curso normal dos negócios, e independentemente do valor envolvido, sempre que nele seja parte acionista ou administrador da Sociedade, ou parente até o segundo grau, ou pessoa jurídica ou entidade com que o acionista ou administrador mantenha ou tenha mantido vínculo contratual ou societário; XXI – aquisição, alienação, disposição ou oneração, a qualquer título, cessão, arrendamento, transferência ou constituição de qualquer ônus real, gravame ou preferência, tendo por objeto bens do ativo permanente, créditos, ou intangíveis da Sociedade e que esteja fora do curso normal de negócios da Sociedade; XXII – a concessão de avais ou fianças, a assunção de obrigações em proveito exclusivo de terceiros, a efetivação de doações e a prática de quaisquer atos gratuitos, exceção feita à prestação, pela Sociedade, representada na forma do artigo 15, I ou II, em favor de

seus empregados transferidos por motivo de trabalho, de fiança em contratos de locação residencial e em trâmites aduaneiros relacionados à liberação de bagagem desacompanhada; XXIII – a solicitação para que as acionistas forneçam garantias para créditos, empréstimos ou financiamentos da Sociedade previstos no plano de negócios independentemente do valor a ser garantido; XXIV – a tomada de recursos pela Sociedade mediante empréstimos de seus acionistas, na forma do previsto no plano de negócios da Sociedade, qualquer que seja o valor destes recursos; XXV - mediante delegação da Assembléia Geral, deliberar sobre a oportunidade e as condições de emissão de debêntures de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **SEÇÃO III - Da Diretoria. Art. 11.** A Diretoria da Sociedade será composta de dois a quatro Diretores, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores, e, quando eleitos, dois outros diretores cujos títulos e atribuições serão estabelecidos pelo Conselho de Administração. **§ 1º** - Os diretores serão eleitos para mandato de três anos, podendo ser reeleitos. **§ 2º** - Os membros da Diretoria não reeleitos permanecerão no exercício dos respectivos cargos até a posse dos novos Diretores. **§ 3º** - Caberá ao Diretor Presidente indicar, em caso de ausência ou impedimento eventual de qualquer diretor, um diretor substituto que cumulará as atribuições de seu cargo com as do diretor substituído. **§ 4º** - A ausência ou impedimento de qualquer diretor por período contínuo superior a trinta dias, exceto se autorizada pelo Conselho de Administração, determinará o término do respectivo mandato, aplicando-se o disposto no § 5º a seguir. **§ 5º** - Na hipótese de impedimento definitivo ou vacância do cargo, observar-se-á o seguinte: I – quando do Diretor-Presidente, ou em havendo somente dois, do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, será imediatamente convocada reunião do Conselho de Administração para que seja preenchido o cargo; II – nos demais casos, aplicar-se-á a regra estabelecida no § 3º, realizando-se, dentro de trinta dias no máximo, reunião do Conselho de Administração para eleição do substituto, que completará o mandato do diretor substituído. **§ 6º** - Um diretor não poderá substituir, simultaneamente, mais do que um outro diretor. **Art. 12.** A Diretoria é responsável pela administração e gerência dos negócios da Sociedade, exercendo seus poderes de acordo com a lei, este Estatuto, as deliberações da Assembléia Geral e do Conselho de Administração. **Art. 13.** Compete ao Diretor Presidente, além das funções, atribuições e poderes a ele conferidos pelo Conselho de Administração, e observadas a política e orientação previamente traçadas pelo Conselho de Administração: I – superintender as atividades de administração da Sociedade, coordenando e supervisionando as atividades dos membros da Diretoria; II – representar a Sociedade ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, observado o previsto no art. 15; III – executar a política de pessoal, organizacional, gerencial e de marketing da Sociedade; IV – anualmente, traçar o plano de atividades da Sociedade para implementação do plano de negócios; V – a designação de canais de distribuição de vendas a varejo ou por atacado; e VI – administrar os assuntos de caráter societário em geral. **Art. 14.** Compete ao Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores, além das atribuições definidas pelo Conselho de Administração, a prestação de informações aos investidores, à CVM e à bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, conforme o caso, bem como manter atualizado o registro da Sociedade em conformidade com as disposições aplicáveis emanadas pela CVM. **Parágrafo Único.** Compete aos demais diretores assistir, auxiliar e reportar-se ao Diretor Presidente na administração dos negócios da Sociedade, tendo por atribuições específicas as que lhes sejam conferidas na reunião do Conselho de Administração que os eleger. **Art. 15.** Em todo e qualquer ato ou documento que importe em responsabilidade patrimonial para a Sociedade, ou que de outra forma a obrigue, deverá(ão) constar, obrigatoriamente, para fins de representação social, assinatura(s), da seguinte forma: I – a assinatura de pelo menos dois diretores; II – a assinatura de qualquer diretor juntamente com um procurador com poderes específicos, ou de dois procuradores com poderes específicos, em ambos os casos nomeados de acordo com o parágrafo único deste artigo; III – a assinatura individual de qualquer diretor designado para tanto pelo Conselho de Administração, ou de procurador com poderes específicos nomeado conforme o parágrafo único deste artigo, mediante prévia aprovação do Conselho de Administração, para representar a Sociedade nos atos e documentos relativos a processos de licitações públicas, sem prejuízo das outras formas de representação aqui previstas; e IV – a assinatura individual de qualquer diretor e/ou procurador, nomeado na forma do parágrafo único deste artigo para, especificamente e nos exatos limites da procuração outorgada, representar a Sociedade perante quaisquer repartições públicas federais, estaduais ou municipais, autarquias, empresas públicas e outras empresas da administração indireta federal, estadual e municipal e sociedades de economia mista, na prática de atos que não importem em obrigações para a Companhia. **Parágrafo único.** A Sociedade representada de acordo com o previsto no inciso I do *caput* deste artigo, poderá constituir procuradores, especificados no instrumento de mandato os poderes outorgados e o prazo de duração, que não poderá exceder a um ano, salvo quando para fins judiciais ou para representar a Sociedade no caso previsto no inciso III do *caput* deste artigo. **SEÇÃO IV - Do Conselho Consultivo. Art. 16.** A Sociedade terá um Conselho Consultivo, composto por até oito membros, acionistas ou não, residentes no Brasil ou não, designados pela Assembléia Geral. **§ 1º** - O mandato dos membros do Conselho Consultivo será de três anos, permitida a recondução. **§ 2º** - Os membros não reconduzidos permanecerão nos seus cargos até a investidura dos seus respectivos substitutos. **§ 3º** - Em caso de vacância ou impedimento permanente de membro do Conselho Consultivo, convocar-se-á imediatamente Assembléia Geral para eleger substituto, que completará o respectivo mandato. **Art. 17.** O

Conselho Consultivo analisará as questões societárias, promovendo, ao final, recomendações de caráter não vinculante ao Conselho de Administração ou à Diretoria, conforme o caso. **Art. 18.** O Conselho Consultivo reunir-se-á ordinariamente uma vez por trimestre e, extraordinariamente, mediante convocação do Diretor Presidente ou de três de seus membros, por escrito, com pelo menos oito dias de antecedência. Os membros do Conselho Consultivo receberão relatórios sobre o desenvolvimento e tendências dos negócios preparados pela Diretoria para tais reuniões, além dos balancetes mensais. **§ 1º** - Para a sua realização, será necessária, nas reuniões do Conselho Consultivo, a presença de pelo menos seis dos seus membros. **§ 2º** - As reuniões serão presididas por membro eleito dentre os presentes. **§ 3º** - As recomendações do Conselho Consultivo necessitarão, para serem aprovadas, voto favorável de pelo menos seis dos seus membros. **§ 4º** - Nas suas ausências, o membro do Conselho Consultivo poderá autorizar, por escrito, que outro membro o represente nas reuniões, para fins de quorum de instalação, bem como de deliberação. **§ 5º** - As reuniões extraordinárias do Conselho Consultivo poderão se realizar por meio de telefone ou video-conferência. **SEÇÃO V - Do Conselho Fiscal. Art. 19.** O Conselho Fiscal, com as atribuições e poderes de lei, somente será instalado a pedido de acionistas, na forma que faculta o art. 161 da Lei 6.404/76, sendo composto por cinco membros efetivos e igual número de suplentes. À Assembléia Geral que vier a eleger o Conselho Fiscal, caberá fixar a respectiva remuneração, observado o mínimo legal. **CAPÍTULO V - Do Exercício Social, Balanços, Lucros e Dividendos. Art. 20.** O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício social, proceder-se-á ao levantamento das demonstrações financeiras exigidas por lei. **Art. 21.** Os acionistas farão jus a receber anualmente dividendo obrigatório em montante equivalente a seis por cento do lucro líquido do exercício ajustado na forma do art. 202 da Lei 6.404/76, observado o disposto no artigo 5º supra. **Art. 22.** Por decisão do Conselho de Administração, a Sociedade poderá levantar balanços e distribuir dividendos relativos a período menor que o anual, observadas as disposições legais. **CAPÍTULO VI - Da Liquidação da Sociedade. Art. 23.** A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei e neste Estatuto, cabendo à Assembléia Geral eleger o liquidante e o Conselho Fiscal que deverá funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais. **CAPÍTULO VII - Disposições Transitórias. Art. 24.** Enquanto proponente em licitações para obter outorga de concessões, permissões ou autorizações para prestação de serviços relacionados ao seu objeto e enquanto outorgada de tais serviços, a Sociedade não dará curso a modificações do presente Estatuto, a transferência de ações do seu capital social, ou a modificações do quadro de seus administradores, sem a prévia autorização do órgão competente a que afeta a área das Comunicações, se exigida por lei ou norma aplicável."

ENCERRAMENTO: Esgotada a ordem do dia, os trabalhos foram suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual foi lida após reabertura da sessão e aprovada pelos acionistas, que em seguida a assinam. São Paulo, 1º de dezembro de 1999. (a.a.) João Inácio Puga – Presidente; Arnaldo Figueiredo Tibyriçá – Secretário, Verbier Representações e Participações Ltda. (representada pelos Srs. João Inácio Puga e Ezra Safra), Safra Comércio e Serviços Ltda. (representada pelos Srs. João Inácio Puga e Ezra Safra), Cellpar Participações Ltda. (representada pelos Srs. João Inácio Puga e Ezra Safra); Santabel Comércio e Participações Ltda. (representada pelo Sr. Kevin Louis Mundie), BellSouth Latin American Investments I, Ltd. (representada pelo Sr. Kevin Louis Mundie), OESP Participações Ltda. (representada pelos Srs. Francisco Mesquita Neto e Paulo de Tarso Nogueira), BID S.A. (representada pelo Sr. Marco Antônio Beldi), BSB Participações Ltda. (representada pelo Sr. Daniel B. Birmann), Joseph Yacoub Safra (representado pelos Srs. João Inácio Puga e Roberto Campos Andrade), Carlos Alberto Vieira, João Inácio Puga, Kevin Louis Mundie, Rodolpho de Oliveira Franco Protasio, Eduardo Migliora Zobaran, Ezra Safra, Tales Vicente Arouca Procópio de Carvalho, Alberto Corsetti, Renata Turkieniez, Elinor Cristófaró Cotait, Fernanda Heinz Figueiredo. São Paulo, 1º de dezembro de 1999. Confere com a original, lavrada em livro próprio. Arnaldo Figueiredo Tibyriçá - Secretário. Advogado: Eduardo Mendes de Mello e Silva - OAB/RJ 75.904. Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o número 218.933/99-0 em 10.12.99. Arlete S. Faria Lima - Secretária Geral.